

Sociedade
Pernambucana de
Combate ao Câncer
Hospital Provisório
do Recife - Unidade
Aurora

**Demonstrações financeiras carve-
out em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras <i>carve-out</i>	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras <i>carve-out</i>	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras *carve-out*

**Aos Associados e aos diretores do
Hospital Provisório do Recife – Unidade Aurora**
Recife – PE

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras *carve-out* relativas ao Hospital Provisório do Recife – Unidade Aurora (“Entidade” ou “HPR Aurora”), filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (“Sociedade” ou “SPCC”), que compreendem o balanço patrimonial *carve-out* em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado *carve-out*, do resultado abrangente *carve-out*, das mutações do patrimônio líquido *carve-out* e dos fluxos de caixa *carve-out* para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras *carve-out* acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Provisório do Recife – Unidade Aurora, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho *carve-out* de suas operações e os seus fluxos de caixa *carve-out* para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

O relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras *carve-out* do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 conteve ressalvas relacionadas a: o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 apresenta na rubrica de estoques o montante de R\$ 2.079 mil, para o qual acompanhamos as contagens físicas do inventário dos itens entre os dias 18 e 20 de maio de 2021. Contudo, não tinha sido apresentada a movimentação das entradas e saídas de toda a base dos estoques das datas dos inventários até 31 de dezembro de 2020. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação às demonstrações financeiras *carve-out* em 31 de dezembro de 2020, assim como nos elementos componentes das demonstrações financeiras *carve-out*. Adicionalmente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras *carve-out* do exercício corrente também inclui modificação em decorrência dos possíveis efeitos desses assuntos sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras *carve-out*”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras *carve-out*, que indica que a SPCC, mantenedora da Entidade, incorreu no déficit de R\$ 18.925 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, nessa data, o passivo circulante da SPCC excedeu o total do ativo em R\$ 14.942 mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.3, tais eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da SPCC. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Encerramento do contrato de gestão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras *carve-out*, que descreve que o contrato de prestação de serviço da Entidade encerrou-se em 30 de setembro de 2021 e não será renovado, considerando que a Entidade tem o objeto social, exclusivo e específico, o gerenciamento e a operacionalização das ações e serviços de saúde necessários para enfrentamento da emergência decorrente da pandemia da COVID-19. As demonstrações financeiras *carve-out* foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado, portanto devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Base de preparação das demonstrações financeiras *carve-out*

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras *carve-out*. As demonstrações financeiras *carve-out* podem não ser um indicativo da posição e *performance* financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a filial Hospital Provisório do Recife – Unidade Aurora, juntamente com a matriz Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, tivessem operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras *carve-out* foram elaboradas para serem utilizadas no processo de prestação de contas junto à Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), portanto podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião, adicionalmente, não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras *carve-out*

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras *carve-out* de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras *carve-out* livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras *carve-out*, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras *carve-out*, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras *carve-out*

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras *carve-out*, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras *carve-out*.

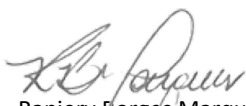
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras *carve-out*, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras *carve-out* ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras *carve-out*, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras *carve-out*, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 25 de outubro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Hospital Provisório do Recife - Unidade Aurora

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	388	5.676	Fornecedores	12	2.075	1.289
Contas a receber - Contrato de gestão	8	3.162	2.017	Obrigações tributárias	13	13	322
Estoques	9	204	2.079	Obrigações trabalhistas e sociais	14	391	4.272
Outros créditos		159	17				
Total do ativo circulante		3.913	9.789	Total do passivo circulante		2.479	5.883
Não circulante				Patrimônio líquido	16		
Realizável a longo prazo				Patrimônio social		4.626	-
Mútuo com partes relacionadas	10	102	-	(Déficit) superávit acumulado		(2.866)	4.626
Total do realizável a longo prazo		102	-	Total do patrimônio líquido		1.760	4.626
Imobilizado	11	224	720				
Total do ativo não circulante		326	720				
Total do ativo		4.239	10.509	Total do passivo e patrimônio líquido		4.239	10.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras *carve-out*.

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Hospital Provisório do Recife - Unidade Aurora

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	69.074	51.452
Custos operacionais	18	<u>(64.125)</u>	<u>(39.645)</u>
Resultado bruto		4.949	11.807
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		<u>(7.717)</u>	<u>(7.127)</u>
	19	(7.717)	(7.127)
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	20	21	9
Despesas financeiras	20	<u>(119)</u>	<u>(63)</u>
		(98)	(54)
Superávit do período		<u>(2.866)</u>	<u>4.626</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras *carve-out*.

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Hospital Provisório do Recife - Unidade Aurora

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit do período	(2.866)	4.626
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(2.866)</u>	<u>4.626</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras *carve-out*.

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Hospital Provisório do Recife - Unidade Aurora

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total do patrimônio líquido
Superávit do período	16	-	4.626	4.626
Saldos em 31 de dezembro de 2020		-	4.626	4.626
Incorporação do superávit do ano anterior	16	4.626	(4.626)	-
Déficit do exercício		-	(2.866)	(2.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.626	(2.866)	1.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras *carve-out*.

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Hospital Provisório do Recife - Unidade Aurora

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		(2.866)	4.626
<i>Ajustes:</i>			
Resultado na baixa do ativo imobilizado		512	-
(Déficit) superávit ajustado		(2.354)	4.626
(Aumento) redução nos ativos em:			
Contas a receber - Contrato de gestão		(1.145)	(2.017)
Estoques		1.875	(2.079)
Outros créditos		(142)	(17)
Aumento (redução) nos passivos em:			
Fornecedores		786	1.289
Obrigações tributárias		(309)	322
Obrigações trabalhistas e sociais		<u>(3.881)</u>	<u>4.272</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		<u>(5.170)</u>	<u>6.396</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos a partes relacionadas	10	(102)	-
Aquisição de bens de imobilizado	11	<u>(16)</u>	<u>(720)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		<u>(118)</u>	<u>(720)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(5.288)</u>	<u>5.676</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	5.676	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	<u>388</u>	<u>5.676</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(5.288)</u>	<u>5.676</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras *carve-out*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *carve-out*

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer qualificada como Organização Social, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.894.988/0001-33, com sede e administração na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Cruz Cabugá, nº 1.597, Santo Amaro, CEP 50.040-000, com duração indeterminada, fundada em 9 de novembro de 1948, com natureza de pessoa jurídica de direito privado, que se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente.

A SPCC tem por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde, é reconhecida como entidade de utilidade pública federal pelo Decreto nº 67.087, de 20 de agosto de 1970, e de utilidade pública estadual pela Lei nº 1.568, de 4 de dezembro de 1952.

Segundo o Estatuto Social da SPCC, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal são vedados de receberem a qualquer título, direta ou indiretamente, remuneração ou qualquer vantagem em razão das suas funções. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais.

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, qualificada como OSS em Pernambuco, classificada em processo licitatório para realizar a gestão do Hospital Provisório Recife – Unidade Aurora tem como objeto a abertura da filial por meio do contrato firmado com o município de Recife em 30 de março de 2020, por intermédio da SESAU, sob o registro de Contrato de Gestão nº 4801.01.10.2020.

Em 30 de setembro de 2020, foi assinado o segundo termo aditivo, que prorrogou o contrato em questão, 4801.01.10.2020, por mais 6 (seis) meses, com finalização em 31 de março de 2021. O valor global do segundo aditivo do contrato foi de R\$ 34.578, mediante a liberação de 6 (seis) parcelas mensais consecutivas no valor de R\$ 5.763.

Em 31 de março de 2021, após o encerramento do contrato de gestão firmado junto ao município de Recife, foi assinado um novo contrato de gestão nº 001/2021 entre a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer e o Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde (SES), iniciado em 1º de abril de 2021, considerando o período de 6 (seis) meses, sendo finalizado em 30 de setembro de 2021. O valor global do contrato foi de R\$ 39.462, mediante a liberação de 6 (seis) parcelas mensais consecutivas no valor de R\$ 6.577.

Em 1º de abril de 2020 iniciou as atividades da filial Hospital Provisório do Recife – Unidade Aurora, situada na Rua da Aurora, Bairro de Santo Amaro, Recife, Pernambuco, CEP: 50.040-090. Na ocasião, a SPCC, por meio de um processo licitatório, ganhou o direito de administrar o HPR Aurora, que tem por finalidade e propósito exclusivo e específico desenvolver as seguintes atividades:

- Gerenciamento e operacionalização das ações e serviços de saúde necessários para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo Coronavírus — COVID-19/Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) —, em regime de 24 horas por dia; e

- Assistência universal e gratuita à população, observados os princípios da legislação do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.1 Contrato de gestão - Hospital Provisório do Recife - Unidade Aurora

Em 30 de março de 2020, foi firmado o Contrato de Gestão nº 4801.01.10.2020 entre o Município do Recife, por intermédio da SESAU, que perdurou por 12 (doze) meses, vigente até 31 de março de 2021. Após o encerramento do Contrato de Gestão firmado junto à Prefeitura de Recife, em 1º de abril de 2021 iniciou um novo Contrato de Gestão nº 001/2021 entre a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer e o Estado de Pernambuco, por intermédio da SES, dando continuidade às atividades do Hospital Provisório do Recife – Unidade Aurora, e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. O prazo de vigência do Contrato de Gestão com a SES é de 6 (seis) meses. O valor global do contrato foi de R\$ 39.465, mediante a liberação de 6 (seis) parcelas mensais consecutivas no valor de R\$ 6.577.

O contrato de prestação de serviços com o Estado de Pernambuco foi encerrado em 30 de setembro de 2021, mediante a redução dos casos relacionados à pandemia da COVID-19. Desde o final desse prazo, ocorrido em 30 de setembro de 2021, o Hospital Provisório do Recife encontra-se inativo e não há planos de a Administração retomar as operações da filial em um futuro previsível.

As demonstrações financeiras foram preparadas levando em consideração que o pressuposto de continuidade operacional não é apropriado, portando as demonstrações financeiras *carve-out* devem ser lidas nesse contexto. Como consequência, na avaliação e registro de seus ativos e passivos, a referida descontinuidade das operações está refletida adequadamente nas demonstrações financeiras *carve-out* da Entidade, para o encerramento das suas operações previstas no Contrato de gestão, todos e quaisquer ajustes decorrentes desse encerramento estejam adequadamente contabilizados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1.2 COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas do governo e entidades do setor privado que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Para auxiliar no combate à COVID-19, a Prefeitura da cidade do Recife anunciou a abertura de hospitais de campanha para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do novo Coronavírus, em regime de 24 horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita à população.

Mediante dispensa de licitação COVID-19 nº 114/2020, a SPCC ficou responsável pela gestão do HPR Aurora.

Com o surgimento de novas variantes da COVID-19, houve a necessidade no exercício de 2021, da continuidade das operações de atendimento aos pacientes, acometidos pelo Coronavírus pelo Hospital de Campanha Aurora, que perdurou até 30 de setembro de 2021. Após 12 (doze) meses de atividades da Entidade, encerrou a relação contratual com a Prefeitura do Recife em 31 de março de 2021 e iniciou em 1º de abril de 2021 um novo contrato de gestão nº 001/2021 entre a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer e a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (SES/PE). Considerando o término da vigência do contrato em 30 de setembro de 2021, foi realizada a desmobilização da gestão do Hospital de Campanha Aurora pela Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer.

1.3 Situação financeira, Planos da Administração e Continuidade operacional da SPCC

A SPCC, matriz do Hospital São Sebastião (“Entidade” ou “filial”), apresentou déficit de R\$ 18.925 em 31 de dezembro de 2021 (superávit de R\$ 8.633 em 2020). Nessa data, a Sociedade apresenta Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, ou seja, o passivo circulante excedente ao ativo circulante, em R\$ 14.942 (positivo de R\$ 15.999 em 2020), devido, substancialmente, ao acúmulo de obrigações de pagamento aos fornecedores, trabalhistas e sociais, e de convênios. Além disso, a Sociedade apresenta fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 2.025 (positivo de R\$ 7.738 em 2020). Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da SPCC e, conseqüentemente, da sua filial. Se a Sociedade não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos em relação à realização dos seus ativos, bem como ao cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

A Sociedade é responsável pela gestão e operacionalização das filiais relacionadas abaixo, cujos principais indicadores financeiros estão apresentados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021 (R\$ mil)						
Filial	Contrato	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado	CCL
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	10.813	19.613	(8.800)	(9.659)	(11.241)
Hospital do Câncer	-	99.392	95.900	3.492	(4.623)	(12.486)
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	4.239	2.479	1.760	(2.866)	1.434
UPAE Caruaru	003/2018	4.979	2.958	2.021	(1.480)	3.020
UPAE Arruda	100/2016	692	1.541	(849)	(518)	(714)
Hospital São Sebastião	002/2018	3.844	3.565	279	(378)	955
UPAE Belo Jardim	004/2014	6.209	1.115	5.094	176	2.403
UPAE Arcoverde	005/2014	5.456	1.280	4.176	423	1.681
Total					<u>(18.925)</u>	<u>(14.942)</u>

A Administração da Sociedade definiu um plano que considera a avaliação constante dos impactos a curto, médio e longo prazos no que diz respeito ao cenário econômico-financeiro e os seus reflexos no desempenho operacional. Com base nesse plano, a Sociedade tem feito ações que possibilitarão a melhoria no resultado operacional e equalização dos demais índices financeiros. Os principais fatores são:

Reestruturação operacional

Durante o exercício de 2020, a Sociedade contratou empresa especializada para auxiliar na reestruturação do desempenho operacional com o objetivo de redução dos custos e redimensionamento do quadro de pessoal. Os projetos de Diagnóstico e Modelagem Organizacional e Dimensionamento do Quadro contemplam os seguintes escopos:

- 1º ciclo do Diagnóstico de modelagem organizacional (setembro de 2021 a maio de 2022):
 - Implantação de iniciativas estratégicas;
 - Aumento na produção de quimioterapias;
 - Otimização da gestão de leitos;
 - Ações para redução da volumetria dos estoques;
 - Revisão e padronização de processos na área de suprimentos;
 - Acompanhamento e avaliação de inventários físicos dos estoques; e
 - Estudo de vocação média – procedimento cirúrgico.
- 2º ciclo do Diagnóstico de modelagem organizacional (junho de 2022 a maio de 2022):
 - Continuidade de implantação das iniciativas estratégicas;
 - Reestruturação da Quimioterapia e Radioterapia; e
 - Modelagem financeira para captação de capital externo (empréstimos).
- Dimensionamento do Quadro de Pessoal (julho 2022 a dezembro de 2022):
 - Auditoria da folha de pagamento;
 - Dimensionamento do quadro de colaboradores; e
 - Aprimoramento da estrutura de cargos, carreira e remuneração.

Durante o exercício de 2022 já é possível observar os resultados obtidos por meio das ações implementadas com o fortalecimento dos controles internos e redução dos custos e despesas. A Administração entende que os efeitos das ações serão intensificados no segundo semestre de 2022 e durante o exercício de 2023, com expectativa de maior equilíbrio financeiro e sustentabilidade da Sociedade.

Investimentos

No exercício de 2020, foi iniciada a reforma do Prédio Anexo do Hospital do Câncer, com inauguração em setembro de 2022, proporcionando aumento dos serviços, e quantidade de atendimento aos pacientes e perspectiva de crescimento da produtividade. A reforma do prédio implicará:

- Aumento do bloco cirúrgico de 7 para 11 salas com 12 leitos de recuperação pós-cirúrgico e novo Centro de Material e Esterilização (CME);
- 20 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI);
- 26 novos leitos de enfermaria; e
- Aumento dos serviços de Onco-hematologia.

Filiais sob gestão

Para as filiais sob gestão, estão previstas duas ações para recuperação e equilíbrio do resultado operacional, sendo elas:

- Reequilíbrio financeiro em função de prestações de contas cujas despesas realizadas foram superiores ao valor contratual, conforme demonstrado a seguir:

Filial	Contrato	Valor reequilíbrio	Previsão reequilíbrio
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	5.311	Outubro e novembro de 2022
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	4.840	Novembro de 2023
Hospital São Sebastião	002/2018	2.192	Abril de 2023
UPAE Arruda	100/2016	236	Novembro de 2022
UPAE Caruaru	003/2018	-	-
UPAE Belo Jardim	004/2014	-	-
UPAE Arcoverde	005/2014	-	-
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	-	-

- Repactuação contratual, conforme demonstrado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021 (R\$ mil)					
Filial	Contrato	Repassé anual	Repassé previsto	Aumento previsto	Previsão repactuação
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	82.044	86.400	4.356	Abr/23 a dez/23
Hospital da Mulher – HMR	028/2016	80.748	82.044	1.296	Out/22 a mar/23
Hospital São Sebastião	002/2018	13.800	17.400	3.600	Nov/22 a dez/23
UPAE Caruaru	003/2018	12.840	16.440	3.600	Abr/23 a dez/23
UPAE Caruaru	003/2018	12.036	12.840	804	Out/22 a mar/23
UPAE Arruda	100/2016	5.760	5.988	228	Nov/22 a dez/23
UPAE Belo Jardim	004/2014	5.400	6.204	804	Out/22 a dez/23
UPAE Arcoverde	005/2014	5.400	5.400	-	-
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	-	-	-	-
Total		218.028	232.716	14.688	

Recursos de terceiros

A Sociedade mantém à sua disposição linhas de crédito junto a Instituições Financeiras a serem utilizadas nas ações decorrentes da reestruturação operacional em desenvolvimento, assim como para suprir eventual necessidade de caixa.

As demonstrações financeiras da Sociedade e da filial foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir com suas obrigações por meio de contribuições financeiras suficientes para gerar fluxo de caixa futuro. Outrossim, a Administração da SPCC reforça o seu compromisso com a continuidade das suas operações e as medidas descritas acima têm o objetivo de mitigar os eventos e condições que indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à sua continuidade operacional. No entanto, uma vez que o sucesso de tais medidas não está sob o controle da Sociedade, a Administração não pode assegurar que estas produzirão os desejados efeitos de sua implementação.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras *carve-out* foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais *carve-out* em 31 de dezembro de 2021 e das demonstrações do resultado *carve-out*, do resultado abrangente *carve-out*, das mutações do patrimônio líquido *carve-out* e dos fluxos de caixa *carve-out* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da HPR Aurora.

As demonstrações financeiras *carve-out* da HPR Aurora são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações financeiras individuais da SPCC, que foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras *carve-out* que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, as obrigações e o resultado das operações da HPR Aurora gerida pela SPCC. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial da Sociedade (operações e resultados da sede-matriz resultantes das atividades hospitalares e das filiais decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS).

A emissão das demonstrações financeiras *carve-out* foi autorizada pela Administração em 25 de outubro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras *carve-out*, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras *carve-out* são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da HPR Aurora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras *carve-out*, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

A Entidade não possui transação contábil relevante para a qual fosse necessária a aplicação de julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

A Entidade não possui incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Entidade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Entidade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Entidade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Entidade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos Financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras *carve-out* foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras *carve-out*, salvo disposição em contrário.

a. Apuração das receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com a competência no qual o serviço é prestado, metas de atendimento, e pelo valor determinado por meio dos Contratos de Gestão (Municipal e Estadual), reconhecidos de acordo o regime de competência.

As receitas decorrentes de contrato de gestão, doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção, para aplicação específica, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Entidade.

(i) Trabalho voluntário

A Entidade não possui trabalhos voluntários, conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros.

b. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando aplicável, tarifas bancárias, despesas com juros sobre fornecedores pelo atraso de pagamentos e apropriação de encargos sobre impostos e contribuições parcelados ou em atraso.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, poupança, e aplicações financeiras de liquidez imediata.

d. Contas a receber - Contrato de gestão

As contas a receber são demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, ajustados por provisão para perda, se necessário. Uma provisão para perda esperada de créditos é constituída quando existe uma evidência objetiva de uma expectativa futura de perdas da Entidade em relação ao seu contas a receber.

Para realizar atendimento com exclusividade para pacientes da rede SUS, a Entidade receberá recursos financeiros no exercício de 2021 mediante transferências oriundas da SESAU e da SES, podendo sofrer reajuste, dependendo da quantidade e da complexidade da demanda atendida.

e. Estoques

Os estoques de materiais estão avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição, os quais não superam os custos de reposição, isso significa que os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O valor realizável líquido é o valor de aquisição para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com a prestação do serviço.

- **Medicamentos:** Corresponde ao estoque de remédios utilizados na atividade principal da Entidade. O estoque é renovado mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura de acordo com a complexidade dos pacientes.
- **Materiais médicos e descartáveis:** Corresponde aos estoques de materiais de consumo hospitalar e materiais que colaboram com a higiene e saúde dos pacientes e são utilizados na atividade principal da Entidade. Esses estoques são renovados mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura, conforme a complexidade dos pacientes.
- **Nutrição:** São os estoques de alimentos (gêneros secos, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados do leite) para serem utilizados na refeição servida aos pacientes que são atendidos na Entidade.
- **Almoxarifado administrativo:** Composto por material de consumo administrativo. A utilização desses itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de suprimento mensal.
- **Almoxarifado de manutenção:** Composto por peças e material elétrico e hidráulico. A utilização desses itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de suprimento mensal.

A Entidade avalia a composição e o giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

f. Imobilizado

Bens do patrimônio público recebidos do Estado de Pernambuco

Os bens de natureza permanente, adquiridos com recursos do contrato de gestão, são tombados mensalmente pelos Órgãos Contratantes, razão pela qual são registrados como investimento, não havendo depreciação e sendo ainda devolvidos ao final da execução dos projetos.

De acordo com o Contrato de Gestão nº 004/2014, o imóvel, as instalações, os equipamentos e os utensílios utilizados para o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde a serem prestados na Entidade integram o patrimônio público. A SPCC deverá manter em perfeitas condições todo esse patrimônio público destinado à execução do contrato de gestão; prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral. A SPCC compromete-se a devolver à SES, após o término da vigência do contrato de gestão, toda área, equipamentos, instalações e utensílios, objeto do contrato de gestão, em perfeitas condições de uso, respeitado o desgaste natural pelo tempo transcorrido.

Os bens móveis e o imóvel de propriedade do Estado de Pernambuco, referente à Entidade têm o seu uso permitido pela SPCC durante a vigência do Contrato de Gestão, nos termos do art. 23 da Lei Estadual nº 15.210/2013.

Bens móveis adquiridos após o início das atividades do Contrato de Gestão

Os bens móveis adquiridos a partir do início da vigência do contrato de gestão, com recursos da SESA, por serem considerados como bens do patrimônio público, estão sendo contabilizados no grupo de contas de Imobilizado. Esses bens móveis são mensurados pelo custo histórico de aquisição.

g. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao custo amortizado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber – Contrato de gestão, e outros créditos.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Entidade são: fornecedores.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021 e 2020.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

Ativos não financeiros

A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, para determinar se há uma indicação de redução ao valor recuperável ou perda de seu valor recuperável dos ativos. Se tal indicação existir, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil líquido de um ativo exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

i. Patrimônio líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

j. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Impostos e contribuições

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e, mediante art. nº 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeito ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A Entidade apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), com isso a Entidade é imune do pagamento de imposto de renda e está isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), assim como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Patronal à Seguridade Social.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras *carve-out*.

As seguintes normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras *carve-out* da Entidade:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Aplicações financeiras	<u>388</u>	<u>5.676</u>
	<u>388</u>	<u>5.676</u>

Os recursos mantidos em aplicações financeiras referem-se a valores recebidos do contrato de gestão firmado com órgãos governamentais, cuja utilização é restrita a operacionalizar projetos, aquisições e atividades predeterminadas e que poderão estar sujeitos à prestação de contas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os recursos estavam aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Renda Fixa com mercado de liquidez, remunerados a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Contas a receber - Contrato de gestão

	2021	2020
Secretaria Municipal de Saúde – SESAU	-	2.017
Reequilíbrio financeiro – Estado de Pernambuco - SES (a)	<u>3.162</u>	<u>-</u>
	<u>3.162</u>	<u>2.017</u>

- (a) Reconhecimento do reequilíbrio financeiro devido aos déficits acumulados nos exercícios, não inclusos no orçamento anual e que poderão ser ressarcidos conforme cláusula 10ª, §4º, mediante termo de ressarcimento e aprovação da Procuradoria Geral do Estado. Em julho de 2021, a Entidade recebeu R\$ 6.194, referente ao ressarcimento e ajuste de contas do contrato com o município do Recife.

9 Estoques

	2021	2020
Materiais médicos e descartáveis	-	1.062
Medicamentos	-	816
Nutrição	-	72
Almoxarifado de manutenção	-	14
Almoxarifado administrativo	-	9
Outros insumos assistenciais	<u>204</u>	<u>106</u>
	<u>204</u>	<u>2.079</u>

Após o encerramento do contrato de gestão 001/2021, a Entidade devolveu os produtos existentes no estoque ao contratante em 31 de outubro de 2021.

10 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas por necessidade de caixa nas filiais a época, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, conforme segue:

a. Composição dos saldos e transações

	2021	2020
Passivo não circulante		
Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer	102	-
	<u>102</u>	<u>-</u>

b. Remuneração da Administração

A Entidade tem um Conselho de deliberativo, composto por membros natos (integrantes da Diretoria, Secretário e Superintendente Geral) e membros eleitos, os quais não fazem jus a qualquer remuneração, conforme disposto no art. 34 do Estatuto Social e também como determina a Lei nº 15.210/13.

11 Imobilizado

	2021	2020
Equipamentos hospitalares	17	529
Móveis e utensílios	207	191
	<u>224</u>	<u>720</u>

Os bens de natureza permanente, adquiridos com recursos do contrato de gestão, são tombados mensalmente pelos Órgãos Contratantes. Durante o exercício de 2021 foram adquiridos móveis e utensílios no valor de R\$ 16. Adicionalmente, devido ao encerramento do contrato de gestão, houve a desmobilização dos bens do ativo imobilizado e baixa no valor de R\$ 512. Em 2020, foram adquiridos móveis e utensílios no valor de R\$ 191 e equipamentos hospitalares no valor de R\$ 529, totalizando R\$ 720.

12 Fornecedores

Referem-se a obrigações correntes com fornecedores, principalmente de materiais e de serviços hospitalares.

	2021	2020
Fornecedores de serviços	275	578
Fornecedores de materiais/consumos diversos	1.800	105
Fornecedores de insumos assistenciais	-	535
Outros	-	71
	<u>2.075</u>	<u>1.289</u>

13 Obrigações tributárias

	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	11	196
ISS retido a recolher	1	84
INSS retido de terceiros PJ	-	42
Taxa assistencial	1	-
	<u>13</u>	<u>322</u>

14 Obrigações trabalhistas e sociais

	2021	2020
Provisão para férias e encargos sobre férias	192	1.443
Provisão de rescisão (a)	87	824
Salários a pagar (b)	73	1.615
Encargos trabalhistas sobre folha	19	387
Outras obrigações	20	3
	<u>391</u>	<u>4.272</u>

- (a) A provisão para rescisões a pagar foi calculada com base em percentuais indicados pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. A provisão apresenta uma estimativa de quanto a Entidade terá que desembolsar com todo o quadro de pessoal em caso de não renovação do Contrato de Gestão. Mesmo após o encerramento do contrato de gestão, permanecem colaboradores ativos na folha de pagamento em decorrência de afastamento por doença ou por licença maternidade.
- (b) O saldo corresponde aos valores relativos à folha de pagamento referente à competência do mês de dezembro de 2021 e liquidados em janeiro de 2022.

15 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 2021, a Entidade possui causas trabalhistas com probabilidade de perda possível no valor de R\$ 723 (R\$0 em 2020). Não há outros processos com risco de perda possível.

16 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetos sociais e formado pelo superávit dos exercícios sociais. Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio social passou a ser R\$ 4.626, decorrente da incorporação do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 4.626.

A Entidade não distribui parcelas do patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

17 Receitas operacional líquida

Durante o exercício de 2021, a receita operacional está composta conforme descrito a seguir:

	2021	2020
Assistência		
Secretaria Municipal do Recife – SESAU	17.288	39.877
Secretaria do Estado de Pernambuco – SES	39.466	-
Reequilíbrio financeiro	10.648	1.304
Doações	1.672	10.271
	<u>69.074</u>	<u>51.452</u>

18 Custos operacionais

Representam os custos dos serviços médicos e hospitalares apresentados a seguir:

	2021	2020
Pessoal	(25.109)	(18.806)
Serviços médicos prestados	(16.791)	(8.163)
Medicamentos, materiais hospitalares e descartáveis	(10.763)	(5.025)
Material de limpeza, manutenção e conservação	(7.993)	(6.008)
Serviços laboratoriais	(1.911)	(1.130)
Insumos assistenciais	(57)	(115)
Outros custos com serviços	(1.501)	(398)
	<u>(64.125)</u>	<u>(39.645)</u>

19 Despesas operacionais

	2021	2020
Manutenção e conservação	(3.941)	(3.208)
Serviços terceirizados	(2.015)	(2.587)
Serviços de água, esgoto e energia elétrica	(992)	(702)
Serviços de vigilância e locação	(808)	(492)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	39	(138)
	<u>(7.717)</u>	<u>(7.127)</u>

20 Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Rendimentos sobre aplicações financeiras	15	9
Juros/Descontos obtidos	6	-
	<u>21</u>	<u>9</u>
Juros e multas	(59)	(6)
Tarifas bancárias	(54)	(54)
Outros	(6)	(3)
	<u>(119)</u>	<u>(63)</u>
Total resultado financeiro, líquido	<u>(98)</u>	<u>(54)</u>

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios.

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de liquidez imediata que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.
- **Contas a receber de clientes** - A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	388	5.676
Contas a receber – Contratos de gestão	3.162	2.017
Outros créditos	159	17
Total	3.709	7.710

Risco de liquidez

É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

31 de dezembro de 2021	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.075	2.075	2.075	-	-	-

31 de dezembro de 2020	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.289	1.289	1.289	-	-	-

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações, conforme quadro demonstrativo para os valores findos em 31 de dezembro de 2021:

	Valor contábil		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	388	5.676	388	5.676
Contas a receber – Contrato de gestão	3.162	2.017	3.162	2.017
Outros créditos	159	17	159	17
Fornecedores	2.075	1.289	2.075	1.289

22 Isenção de tributos e contribuições

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, arts. 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e art. 195 da Constituição Federal.

Cofins

A Entidade é isenta do recolhimento da Cofins incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal para o período de 12 meses findo em dezembro de 2021:

- Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo).
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL).

ISS sobre a receita (ISSQN)

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos da Constituição Federal, nos termos do art. 150, VI, “c”, aos quais as entidades sem fins lucrativos são imunes do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Isenção de contribuição para a seguridade social

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nºs 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente. Assim, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário-educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da SPCC, passou a ser o Ministério da Saúde, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência se dá de acordo com a área de atuação da SPCC.

23 Certificado de entidade beneficente de assistência social

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 88 de 19 de janeiro de 2018, deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), à SPCC. A renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Em dezembro de 2021 a Entidade protocolou o pedido de renovação do certificado junto ao Departamento de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde do Ministério da Saúde.

A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada “Lei da Filantropia”, e às demais regulamentações vigentes, quanto à obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, a cada triênio, o relatório de atividades e os demais documentos exigidos pela referida legislação. A Entidade vem ofertou 100% (cem por cento) dos seus serviços de saúde ao SUS.

24 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2021.

25 Eventos subsequentes

Termo de compromisso parcial de rescisão ao Contrato de Gestão

Em outubro de 2021 foi celebrado o termo parcial de rescisão ao Contrato de Gestão nº 001/2021. A primeira cláusula deste contrato constitui como objeto o repasse do valor de R\$ 3.304 pela SES/PE à SPCC, para desmobilização e encerramento dos serviços prestados neste Hospital de Campanha. Durante o exercício de 2022, o trâmite referente à prestação de contas e encerramento financeiro ainda não havia sido concluído.

* * *

Filipe Costa Leandro Bitu
Superintendente Geral das filiais Sob Gestão

Lindinalva Félix dos Santos
Contadora
CRC PE 018569/O-1